



REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO/CONJUGAL EM ESTUDOS CIENTÍFICOS

Mirian Béccheri Cortez¹
Maria Cristina Smith Menandro²
Lídio de Souza³

Diversos estudos brasileiros compreendem violência como ato/atitude que visa subjugar, objetificar o outro, como descrevem alguns autores (CHAUÍ, 1985, ARAÚJO, 2002 e CORTEZ & SOUZA, 2008). Nesse sentido, a violência ocorrida nas relações amorosas (namoros ou casamentos) também pode ser compreendida como violação dos direitos humanos (SAFIOTTI, 1999) uma vez que essas relações se organizam de tal forma que a pessoa que comete a maior parte das violências se fortalece e se mantém no controle do relacionamento, ao passo que aquela que sofre o abuso possui um poder mínimo.

Dado o crescimento das produções de estudos sobre violência conjugal, principalmente contra a mulher, decorrente também da inserção desse problema nas discussões de políticas governamentais, acreditamos ser relevante avaliar de que modo tal fenômeno vem sendo estudado e concebido pelas(os) profissionais que estudam o tema. Assim, o presente trabalho apresenta uma análise, com base na Teoria das Representações Sociais, dos resumos de comunicações científicas e pôsteres apresentados nos últimos quatro Seminários Internacionais Fazendo Gênero (SIFG), ocorridos nos anos 2002, 2004, 2006 e 2008. O recorte temporal justifica-se pela inexistência desse tema no quarto SIFG, ocorrido em 2000; e pela inserção “oficial” do tema violência nos últimos quatro eventos (SIFG 5, SIFG 6, SIFG 7 e SIFG 8) em sessões específicas dessa temática.

De um modo geral, pode-se considerar que a Teoria das Representações Sociais permite compreender o modo como o conhecimento se constrói e é utilizado para possibilitar a organização e a vivência de uma dada realidade social, por meio do compartilhamento de representações acerca de fatos, fenômenos e de objetos. Como afirmam, Assis et al (2004, p. 10) “As representações sociais orientam a conduta e a comunicação social e estabelecem uma realidade sócio-cultural comum”.

¹ Doutoranda do programa de Pós Graduação em Psicologia - Universidade Federal do Espírito Santo (mibecz@yahoo.com.br), bolsista Capes.

² Doutora em Psicologia, Professora do Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento - Universidade Federal do Espírito Santo.

³ Doutor em Psicologia, Professor do Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento - Universidade Federal do Espírito Santo.



A estruturação das representações que sustentam uma “realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 2001, p. 21) se dá através da troca entre dois universos de conhecimento distintos: o reificado (da ciência e da objetividade) e o consensual (onde circula o conhecimento do senso comum que, com as práticas, produzem as Representações Sociais).

Objetivo

Investigar as representações sociais predominantes nas produções científicas sobre violência em relacionamentos amorosos nos Simpósios Internacionais Fazendo Gênero 5, 6, 7, e 8 (SIFG 5, SIFG 6, SIFG 7 e SIFG 8, respectivamente), por meio da análise dos resumos e textos de apresentação das sessões temáticas e de pôsteres disponibilizados nos *sites* de cada evento.

Método

Dados analisados:

O *corpus* analisado foi composto por 280 produções científicas em que a violência em relacionamentos amorosos era discutida ou citada (independentemente da orientação sexual do casal e do tipo de *compromisso* que mantinham: namorados, casados legalmente ou com união estável). As produções foram publicadas nos *sites* de quatro eventos dos SIFG: SIFG 5 (2002) 18 produções, SIFG 6 (2004) 23 produções, SIFG 7 (2006) 92 produções e SIFG 8 (2008) 147 produções com conteúdo sobre esse tema. Considerando o objetivo da pesquisa, também foram incluídos os textos que descreviam os objetivos das sessões, conteúdo presente apenas no SIFG 8. Os trabalhos publicados no site do SIFG 4 foram examinados, mas nenhuma produção relacionada ao tema da violência entre parceiros íntimos foi identificada.

Instrumentos de análise:

- *Microsoft word*: Para identificação dos textos a serem analisados e para configurar os mesmos de acordo com os padrões requeridos pelo Alceste inserção de linhas estreladas, seguindo as características de cada UCI, *corpus* em letra *courier new*, tamanho dez; união por traço baixo de expressões consideradas importantes para a análise (*violência_doméstica*, *violência_de_gênero*), entre outras.

- *Software Alceste (Analyse Lexicale par Context d'un Ensemble de Segments de Texte)*, que conjuga uma série de procedimentos estatísticos que podem ser aplicados em conjuntos de textos, realiza, de um modo geral, dois tipos de análise mais abrangentes: o primeiro, a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), mostra a porcentagem e a força da relação de determinada palavra e unidades de texto (UCE) com a classe na qual foi inserida. No presente trabalho, optou-se por



apresentar apenas a CHD. Segundo Nascimento e Menandro (2006), os procedimentos estatísticos geram “classes semânticas” que possibilitam analisá-las, por exemplo, como representação, dado que o conjunto de classes desenha um sistema e reflete certa estabilização do “funcionamento” do conteúdo analisado.

Resultados

Do conteúdo do *corpus* submetido ao Alceste, foram analisadas 1.129 UCEs, das 1.403, previamente identificadas pelo programa (80,47%), porcentagem que indica que o *corpus* formatado apresentou boa consistência para a análise. O relatório produzido pelo *software* possibilitou a identificação de um dendrograma composto por 4 (quatro) classes distintas, organizadas aos pares em dois eixos opostos: Eixo A: classe 1 e 2; Eixo B: classes 3 e 4, os quais são descritos a seguir. Reproduzimos em negrito, nas descrições a seguir, expressões destacadas pelo Alceste como representativas de cada classe.

EIXO A – Sobre as relações violentas

Entendemos que as classes agrupadas neste eixo são compostas por conteúdos que caracterizam as representações sobre os episódios de violência: de um lado, a *classe 1 - Episódios* e, de outro a *classe 2 - Análise conceitual*.

A *classe 1, Episódios*, remete principalmente à descrição de um ambiente conjugal/doméstico **violento**. Estão presentes aqui as **agressões**, a figura do **marido** como **violento** e **agressor** e o **álcool** e a **dependência econômica** como fatores de risco. Possíveis vítimas dessa situação são também apontadas: **mãe, filhos, esposa, jovens**. O conteúdo da classe remete, ainda, a violações de direitos dentro da sociedade, no sentido de a mulher estar socialmente mais **vulnerável** a ocorrências de violência nos relacionamentos afetivos.

A *classe 2, Análise conceitual*, avalia as situações de violência a partir de pontos de vista teóricos/conceituais. Identificamos aqui elementos que caracterizam a violência com base em uma **perspectiva** que considera a categoria **gênero**, além de pressupostos baseados em conceitos como: **identidade, papéis, ideologia, masculinidades**. Entendemos que as representações presentes na classe compreendem a violência como fenômeno **construído** com base em **relações desiguais de poder**, de origem **patriarcal**, as quais produzem um **modelo de macho dominante**.



EIXO B – Sobre as ações

As classes presentes neste eixo (*classe 3 – Políticas e princípios norteadores e classe 4 – Práticas profissionais na saúde*), organizam representações relativas às práticas requeridas ou efetivadas na área da violência entre parceiros íntimos.

O conteúdo da *classe 3* se relaciona a elementos que ressaltam as necessidades de **desenvolvimento de programas e políticas públicas** baseando-se em **dados de pesquisas**. Esses dados apresentam a violência como uma violação de **direitos humanos**, e discutem a atuação da **Delegacia de Defesa da Mulher**, os impactos da **Lei Maria da Penha** nos serviços prestados por essas delegacias e também a demanda de programas e projetos voltados para o atendimento do público. Discutem-se questões **jurídicas** relacionadas a essa lei, e também à **lei** anterior que regulamentava os **Jecrins** (Juizados Especiais Criminais) como responsáveis pelos processos de **violência contra a mulher**.

Outros pontos importantes a serem destacados são: a) a presença da expressão **autor de violência**, que vem sendo mais utilizada nos campos acadêmico e político e b) as expressões **violência contra a mulher** e **violência contra mulheres**, serem mais significativas, demonstrando que a perspectiva mais enfocada é a que coloca o vetor da violência do homem para a mulher, situação mais comumente denunciada, estudada e avaliada em função dos esforços das lutas feministas.

O conteúdo da *classe 4* expõe principalmente as *Práticas profissionais na saúde*. Nesta classe encontramos um discurso mais recente (predominam UCEs de resumos do SIFG 8) voltado para atuações na área da saúde. As representações sociais aqui se organizam em torno das **necessidades**, tais como: organização de uma **rede de assistência**, de caráter **multiprofissional**, que atenda à demanda desse público específico; **capacitação** de profissionais da **saúde**, destacando-se aqueles que atuam em **serviços e unidades de saúde**. Nesse sentido, entende-se que a **qualidade** dos **atendimentos de atenção e apoio** aos usuários, depende da qualificação dos profissionais, e da boa articulação entre as **percepções** de violência e as ações possíveis.

Discussão e Considerações Finais

A análise nos permitiu avaliar o modo como os elementos representacionais identificados na presente pesquisa remetem à violência em relacionamentos.

Temos em nossos resultados quatro eixos temáticos (classes 1 e 2 e classes 3 e 4) que congregam dois aspectos bastante significativos. Um deles diz respeito à descrição e análise teórica



das situações de violência, enquanto o outro se apóia na discussão e também descrição de ações e medidas que são ou deveriam ser tomadas. Dado que um dos aspectos do universo reificado é o da teorização, encontramos na classe 2 um conjunto de conceitos e abordagens destacados de modo claro (gênero, patriarcado, masculinidade, ideologia, história), revelando as perspectivas adotadas pelos teóricos e teóricas para a análise deste fenômeno. Ao mesmo tempo, essas RS organizam a compreensão do fenômeno da violência de tal modo que, na classe 1, este se torna humano/familiar, no sentido de ser descrito e inserido em uma realidade cotidiana nas descrições dos episódios de agressões e suas conseqüências (a relação marido-esposa, as mulheres vulnerabilizadas, os filhos que sofrem).

Ao considerar tal “familiarização”, chamamos a atenção para o tipo de recorte predominante nos trabalhos apresentados: a violência aparece como uma ação caracteristicamente masculina. Apesar da violência de gênero, conjugal, poder ser, e muitas vezes é, mútua, exercida pela mulher contra o homem e também ocorrer em relacionamentos homoafetivos, os dados analisados mostram que o enfoque dos estudiosos sobre violência de gênero está ainda intimamente voltado à ação agressiva e violenta do homem e à fragilidade e vulnerabilidade da mulher. Possibilita-se, com isso, a errônea interpretação de que a violência conjugal é um fenômeno causado pelo homem: independentemente do enfoque teórico, dos métodos de coleta ou análise realizados, o destaque para a relação homem-violência é claro, o que pode fortalecer tal representação tanto dentro do contexto acadêmico como também em outras instâncias que se utilizam das informações ali produzidas. Provavelmente resultado dos movimentos feministas, da maior incidência (ou registro?) de casos de agressões conjugais de homens contra mulheres e da própria Lei Maria da Penha, tal recorte é de fato relevante, mas, por outro lado, se mantido desta maneira poderá prejudicar outras perspectivas que poderiam enriquecer o campo de produção de conhecimentos e práticas. Por essa razão, entendemos como necessária a inserção de discussões e perspectivas de análise que coloquem em evidência o fato de a violência conjugal não se restringir a relacionamentos heterossexuais, nem à violência masculina contra a mulher.

No eixo seguinte (classes 3 e 4) encontramos as políticas e práticas direcionadas ao fenômeno descrito nas classes anteriores. Os elementos destas classes revelam um discurso mais recente (predominante dos dois últimos SIFG) cujo conteúdo foi sustentado por propostas de intervenção ou de ações já implementadas, e também da recém outorgada Lei Maria da Penha (agosto de 2006). As discussões sobre direitos humanos e a necessidade de políticas públicas baseadas em pesquisas parecem direcionar os discursos após a promulgação dessa Lei e também



afetam as demandas e a implementação de práticas interventivas na área da saúde. Diferentemente do eixo anterior, em que as descrições e perspectivas teórico-conceituais são mais expostas e defendidas do que discutidas, neste eixo os elementos representacionais referentes tanto aos profissionais quanto aos próprios programas são apresentados como em processo de construção. Formação, capacitação, avaliação e melhoria da qualidade de atendimento e dos programas são elementos que revelam a necessidade de mais trocas de informações para a consolidação das práticas descritas.

Parece-nos interessante também a relação entre teorias e práticas que emerge nos dados analisados, posto que há dois eixos distintos agrupando cada um desses aspectos. Entendemos que essa distribuição não é aleatória e que a oposição entre eixos pode ser avaliada como uma quebra entre esses dois conteúdos. Seria então o caso de considerarmos que as práticas descritas não estão sendo guiadas pelas propostas teóricas apresentadas? Nesse sentido, poderíamos ponderar que a conceituação teórica presente nos dados analisados não está alcançando as práticas, devido ao fato deste conhecimento científico não ter sido apropriado de forma a gerar representações capazes de guiar práticas interventivas. Este descompasso também foi identificado em outros estudos que investigam representações sociais de profissionais que atuam diretamente com pessoas em situação de violência (PORTO et al, 2003) ou mesmo como no estudo de Diniz, Santos e Lopes, (2007) que discutiu a relação entre RS de família e de violência no espaço das relações familiares, a partir de textos de teses e dissertações defendidas entre 2002 e 2005.

Dada a relevância do estudo deste fenômeno, acreditamos que a Teoria das Representações Sociais pode contribuir para o acesso aos significados de violência entre parceiros íntimos atribuídos e difundidos por pesquisadores e profissionais da área. Tais significados, orientadores das práticas de pesquisa e análise de dados, devem ser analisados criticamente para que não fiquem estagnados em um discurso teórico de aplicabilidade reduzida ou nula em ações políticas e práticas que são inegavelmente necessárias nessa área.

Bibliografia

ASSIS S.G, Avanci J.Q, Santos NC, Malaquias J.V, Oliveira R.V.C. Violência e representação social na adolescência no Brasil. *Rev Panam Salud Publica*; 16 (1), 2004, 43-51.

CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. Em *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro: Zahar; 1985, 25-62.

ARAÚJO, M.F. Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*; 7(1), 2002, 3-11.



- CORTEZ, M.B. & Souza, L. Mulheres (in)Subordinadas: o Empoderamento Feminino e suas Repercussões nas Ocorrências de Violência Conjugal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*; 24 (02), 2008, 171-180.
- DINIZ, N.M.F, Santos, MFS, Lopes, RLM. Representações sociais da família e violência. *Rev Latino- am Enfermagem*; 15 (6). 2007, www.eerp.usp.br/rlae
- JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet (Org.), *As representações sociais* Rio de Janeiro: EdUERJ; 2001, 17- 44
- NASCIMENTO, A.R.A. & MENANDRO, P.R.M. Análise lexical e análise de conteúdo: uma proposta de utilização conjugada. In: *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Uerj, RJ, Ano 6, (2), 2006, 72-88.
- PORTO, M, McCallum, C, Scott, R.P. & Morais, H.M.M. A saúde da mulher em situação de violência: representações e decisões de gestores/as municipais do Sistema Único de Saúde. *Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro*; 19 (Sup. 2), 2003, 243-252.
- SAFFIOTI, H.I.B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo em Perspectiva*; 13 (4), 1999, 82-91.